

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 46ª REUNIÃO

4 Data: 17 (10:20h às 17h05) de maio de 2005.

5 Local: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

6 **PARTICIPANTES:**

- 7 ■ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut
8 (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- 9 ■ Ministério do Meio Ambiente - ANA: Martha Sugai (martha.sugai@ana.gov.br);
- 10 ■ Ministério dos Transportes - MT: Wilson do Egito Coelho Filho
11 (wilson.egito@transportes.gov.br);
- 12 ■ Ministério da Saúde – MS: Andréa Narítza Silva e Silva (andrea.silva@funasa.gov.br);
- 13 ■ Ministério das Cidades - MC: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br);
- 14 ■ Ministério da Integração Nacional-MI: Ana Teresa M. de Souza Ponte (anateresa@dnocs.gov.br);
- 15 ■ Ministério da Defesa - MD: ausente;
- 16 ■ Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT: ausente;
- 17 ■ Ministério de Minas e Energia - MME: Alexandre Trajano de Arruda (alexandre@dnpm.gov.br);
- 18 ■ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: ausente;
- 19 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal: ausente;
- 20 ■ Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: Gustavo Guelfi (gustavoguelfi@cnt.org.br);
- 21 ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: João C. Pelicer (joao.pelicer@aes.com);
- 22 ■ Comitês de Bacias Hidrográficas: Lupércio Zirolto Antonio (comitetb@serhs.sp.gov.br);
- 23 ■ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Claudinei Jacy Pereira
24 (claudinei.pereira@camara.gov.br);
- 25 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Ingrid Illich Müller (ingrid@lactec.org.br);
- 26 ■ Organizações Não Governamentais-ONG: Kláudio Coffani Nunes (klaudio@aasp.org.br).

27 **CONVIDADOS:**

- 28 ■ Adilson Pinheiro – CONFEA (pinheiro@furb.br);
- 29 ■ Cláudia Mendes Rabello – GOLDER/FAHMA (crabello@golder.com.br);
- 30 ■ Dalila Nunes - (dalilanunes@oi.com.br);
- 31 ■ Danilo Lopes Marques da Silva – FURNAS (dlms@furnas.com.br);
- 32 ■ Donizete Torkarski – CONÁGUA (donizete@ecodata.org.br);
- 33 ■ Eloisa Aparecida Belleze – CONÁGUA (eloisa@cpac.embrapa.br);
- 34 ■ Geraldo Jesús Smanio – FURNAS (smanio@furnas.com.br);
- 35 ■ Gina Bamer Deberdt –IBAMA (gina.deberdt@ibama.gov.br);
- 36 ■ Helouise Montandon – ECODATA (helouise@ecodata.org.br);
- 37 ■ Klebber Teodomiro M. Formiga - ANA (klebber.formiga@ana.gov.br);
- 38 ■ Júlio Valente Júnior – ECODATA (julio@ecodata.org.br);
- 39 ■ Leonardo Peres Araújo Piau - ANA (leperes@ana.gov.br);
- 40 ■ Luciano Araújo Oliveira – (engenharialimentos@pop.com.br);
- 41 ■ Marcelo de Targa Araújo – EMBRAPA (detarga@brturbo.com.br);
- 42 ■ Moara Menta Giasson – IBAMA (moara.giasson@ibama.gov.br);
- 43 ■ Pedro Novaes Pereira – ABRAGE (pnpereira@duke-energy.com);
- 44 ■ Olga Calhman – FURNAS (calhman@furnas.com.br);
- 45 ■ Ormisio Maia de Assis – APEGO (ormisio.maia@hotmail.com);
- 46 ■ Renato Silva Jr. – GOLDER (rjunior@golder.com.br);
- 47 ■ Ricardo Rangel de Andrade – MP/GO (caoambiente@mp.go.gov.br);
- 48 ■ Rita Cerqueira de Souza – SRH (rita.souza@mma.gov.br);
- 49 ■ Rodrigo De Filippo – FURNAS (defilipp@furnas.com.br);
- 50 ■ Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br);
- 51 ■ Rogério Menescal – MI/ANA/Pró-Água (rmenescal@ana.gov.br);
- 52 ■ Rubens Ghilardi Jr. – ELETRONORTE (ghilardi@eln.gov.br);
- 53 ■ Wagner de Oliveira Carvalho – FURNAS (wagner@furnas.com.br) .
- 54 ■ João Carlos Kruehl – APEGO (jckruehl@bol.com.br)
- 55 ■ Serrano Neves – Instituto Serrano Neves (serrano@serrano.neves.nom.br)

56 **RELATORIA**

- 57 ■ Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) SRH/MMA

1 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura. O Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou os trabalhos da 46ª Reunião da CTAP às 10h20, cumprimentou a todos, agradeceu pela presença e passou para o **Item 2 - Aprovação da Ata da 45ª Reunião da CTAP** abrindo a palavra aos membros, que a aprovaram com a correção na linha 53 sugerida pela Sra. Ingrid Müller (OTEP), mediante a exclusão da palavra “*pele*” e com as alterações relativas ao item 4, encaminhadas, via e-mail, pelo Sr. Wagner (FURNAS). Prosseguiu esclarecendo aos apresentadores subseqüentes e convidados o caráter não deliberativo da Câmara Técnica, suas decisões, obtidas preferencialmente por consenso, seriam encaminhadas ao Plenário do CNRH, para deliberação, por meio de resolução ou moção e convidou o Sr. João Carlos Kruel (APEGO) para a explanação do **Item 3 – “Serra da Mesa – Saúde Humana e Economia” (anexo).** O Sr. Kruel (APEGO) agradeceu pela oportunidade de apresentar o tema de tamanha importância na Câmara Técnica. Destacou as informações apresentadas, resultado de cinco anos de monitoria, para casos pontuais e toda a bacia. Lembrou que os grandes problemas estariam ligados ao processo de licenciamento ambiental, onde a agência ambiental estadual, com pouca estrutura pessoal e técnica, não tem condição de atender às demandas dos usuários da bacia, assim como dos órgãos federais e à falta de clareza da legislação, não se materializando devido às dificuldades encontradas, transformando todos em vítimas. Comentou o não surtimento de efeito das audiências públicas porque a população não tem tempo nem acesso aos estudos de EIA/RIMA, que deveriam ser disponibilizados pelas equipes de análise e avaliação. Advertiu para a composição inadequada dessas equipes, como a falta de médicos sanitaristas, motivo pelo qual não conseguem avaliar os verdadeiros danos e impactos causados pelas obras. Projetou slides e teceu comentários detalhados sobre os principais problemas tais como: a falta de um plano diretor para a bacia; a complexidade do licenciamento ambiental, especialmente quanto à licença de operação-LO, cujas datas de vencimento variam de estado para estado e, a falta de estrutura do Sistema Nacional de Recursos Hídricos na região, nos níveis federal, estadual e bacia. Ressaltou a criação de peixes, inicialmente prevista para 150 espécies alcançou cerca de 15 a 20, pela falta das escadas que facilitariam a piracema. Relatou a má qualidade da água causada pela eutrofização do lago, concentração de matéria orgânica, contaminação por cianobactérias, poluição resultante do lançamento direto dos esgotos de 55 municípios, dos produtos químicos da mineração e da agricultura. Citou a contaminação do reservatório de Serra da Mesa, por mercúrio tóxico, com conseqüências imprevisíveis para a saúde humana e toda cadeia biológica podendo causar danos neurológicos, especialmente, às mulheres grávidas e aos fetos por elas gerados, deficiências no aprendizado, deformações e retardo mental em crianças. Em adultos, há uma correlação da intoxicação, especialmente através de consumo de pescado, causando doenças degenerativas cerebrais e danos à reprodução humana. A presença de altos níveis de alumínio tóxico (Correlação com Mal de Parkinson) e Fósforo (Reação c/ alumínio = Fosfato de alumínio = precipitação p/ o fundo do reservatório). Abordou os riscos de danos potenciais à saúde pública com o aumento dos índices de doenças, como o “Mal de Alzheimer”, malária, dengue, febre amarela, esquistossomose e leishmaniose. Quanto aos danos econômicos destacou a possibilidade de contaminação do rebanho, dos cereais, frutas e verduras e da produção de peixes, com possibilidade de provocar embargos e barreiras sanitárias na comercialização desses produtos, com consideráveis prejuízos nos mercados interno e externo, além de denegrir a imagem dos empreendedores. Concluiu enfatizando a intenção de não alarmar a comunidade, com a divulgação de uma versão distorcida do problema, mas sim resolver a situação com a discussão do assunto e ações na busca de um acordo que atenda aos diversos usuários da bacia. O Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu a participação e convidou o representante de FURNAS para expor o **Item 4 – “A Qualidade da Água em Serra da Mesa”.** O Sr. Rodrigo De Filippo iniciou informando a dimensão da UHE Serra da Mesa, o primeiro de uma série de cinco projetos em cascata, até a UHE Lajeado, concebido e executado conscientemente entre várias alternativas, cuja principal função seria a regularização da vazão para as usinas a jusante, vindo permitir a otimização da geração de energia elétrica no País, comprovada no recente “apagão”. Ressaltou a equipe dedicada aos trabalhos de liminologia e acompanhamento da qualidade da água, mantida por FURNAS em todos os seus reservatórios. Destacou que o objetivo da exposição seria a interpretação técnica dos dados obtidos pelo Programa de Monitoria Ambiental, de 2001 a 2003, elaborado pela empresa MULTIGEO, sem desprezar os estudos de viabilidade ambiental e qualidade da água anteriores. Informou que a partir de 1996, começou o enchimento do reservatório com o monitoramento constante de suas condições. Ratificou que esse monitoramento é permanente, sem interrupções nos dez projetos operados pela empresa, com ênfase no corpo do reservatório, classificado em três partes: a zona fluvial, cujas propriedades são definidas pelo rio; a zona de transição, onde o rio mergulha no reservatório, cria diferença de temperatura e representa a região mais rica e produtiva e, a zona lacustre, área aberta, sem a interferência do rio. A seguir apresentou

1 os indicadores utilizados nas análises, em especial f) a transparência das águas, e abordou os principais
2 questionamentos levantados e as respectivas conclusões, tais como: a) a atividade agrícola não polui o
3 reservatório, pois existem apenas 9 pivôs distantes do espelho d'água, além da pecuária/pastagem e
4 extração de madeira; b) o lançamento de esgotos está restrito ao município de Uruaçu, localizado na área
5 de remanso do reservatório, já tendo recebido a compensação financeira para a implantação do seu
6 sistema de tratamento; c) foi feita limpeza parcial, baseada em modelagem matemática, e não limpeza
7 total, não vantajosa, porque os troncos deixados, além de reduzirem as ondas e a erosão, protegem os
8 filhotes de peixes que ali se abrigam; d) a decomposição da matéria orgânica não prejudicou a qualidade
9 da água do reservatório, porque não houve nenhuma indicação de mortandade de peixes nos 09 anos de
10 monitoramento; e) a zona oxigenada de água situou-se entre 20 e 30 metros, com um mínimo de 12
11 metros de profundidade; f) o reservatório não está eutrofizado, conforme as características químicas e
12 físicas da água apresentadas pelos gráficos, em suas diversas zonas; g) as cianobactérias dependem de
13 condições favoráveis para o seu desenvolvimento, com o período mais propício em outubro e que o
14 critério de amostragem adotado para essa fase foi o de plâncton de rede; h) a contaminação por mercúrio
15 encontra-se abaixo dos limites mínimos (0,001 mg/L) estabelecidos para água de abastecimento pela
16 Portaria 518 do Ministério da Saúde em 62% das amostras coletadas. Os dados mais altos, obtidos em
17 julho de 2002, indicam erro de coleta ou análise pois pela diferença de valor. Apresentou também dados
18 mais recentes, de março de 2005, de amostras analisadas na Universidade de Campinas, que mostram
19 valores bem inferiores aos do relatório da MULTIGEO. Concluiu agradecendo pela oportunidade,
20 apresentando a referência bibliográfica utilizada e solicitando uma última reflexão sobre a questão, uma
21 vez que as denúncias apresentadas não são privilégio da UHE Serra da Mesa, encontram-se em toda a
22 bacia. Encerradas as apresentações, o Sr. Julio Thadeu (SRH) abriu a discussão do assunto para
23 esclarecimentos e perguntas e concedeu a palavra ao Sr. Donizete (CONÁGUA) para manifestação. O
24 Sr. Donizete (CONÁGUA) cumprimentou a CTAP pela iniciativa, porque considera que há muito a se
25 tratar e discutir. Recomendou que as apresentações sejam anexadas à ata, bem como os relatórios de
26 eventos anteriores encaminhados à mesa. Externou sua satisfação em encontrar os representantes de
27 FURNAS, para participar do debate e buscar o caminho do entendimento e da solução do conflito e seus
28 problemas. Discordou da apresentação de FURNAS porque focaliza apenas os aspectos técnicos na área
29 do UHE e seu reservatório, quando deveria haver uma abordagem para toda a bacia, segundo seu
30 entendimento, onde existem 55 municípios com lançamento esgotos sem tratamento nos cursos d'água.
31 Solicitou a FURNAS a apresentação de sua posição oficial sobre a mortandade de peixes ocorrida no ano
32 passado, sem a devida explicação para a sociedade, ansiosa em saber o que está acontecendo. Alertou
33 para a condição de maior reservatório de água doce do Brasil e uma variação de 20 metros no nível da
34 barragem reflete num afastamento de até 2 (1) km nas margens do reservatório, inviabilizando qualquer
35 exploração turística ao seu redor e impedindo o planejamento dos usos múltiplos, conforme determina a
36 Lei nº 9433/97. Criticou o sistema de monitoramento com apenas 9 pontos de coleta de dados para uma
37 área de 178 mil hectares. Sugeriu o chamamento de todos os segmentos para o planejamento da bacia,
38 inclusive os outros empreendedores e o Operador Nacional do Sistema, porque a eutrofização de Serra da
39 Mesa já reflete em Lajeado. Disse temer que as informações apresentadas estejam ultrapassadas e pediu
40 mais atenção à população ribeirinha, especialmente com relação à educação ambiental e informação. O
41 Sr. Rodrigo (FURNAS) ponderou que a mortandade de peixes em Cana Brava e o crescimento de plantas
42 em Lajeado são resultado de processos químicos e hidrodinâmicos próprios daqueles reservatórios, não de
43 Serra da Mesa, especialmente o crescimento de plantas em Lajeado, muito comum em lagos de nível
44 estável. Esclareceu também que o número de pontos de coleta atual é resultado da experiência de nove
45 anos de monitoramento, e justificou a apresentação sobre qualidade da água, pois a discussão sobre Serra
46 da Mesa está baseada nas premissas que nortearam o questionamento da APEGO: de que a água estava
47 imprópria para banho, imprópria para consumo, que o lago estava eutrofizado e poluído com mercúrio;
48 questionamentos esses rebatidos pela apresentação de FURNAS, não contestada pela APEGO. O Sr.
49 Pelicer (Concessionárias) também congratulou a CTAP pela iniciativa e observou que muitas das
50 divergências identificadas já estariam resolvidas a partir das apresentações feitas, mas não se consumaram
51 por falha de comunicação. Sugeriu a melhor discussão do tema em uma reunião com pauta mais leve. O
52 Sr. Ricardo (MP-GO) indagou sobre o vencimento da Licença de Operação e foi informado que seria em
53 outubro de 2005. O Sr. Roberto Monteiro (SRH) sugeriu a confirmação da concessão do aproveitamento
54 do potencial hidráulico e da outorga para usos múltiplos. O Sr. Kláudio (ONG) considerou muito boa a
55 abordagem do problema e destacou a presença de FURNAS na CTAP, como o reconhecimento de ser o
56 fórum adequado para as discussões. Observou a necessidade de aprofundar o debate, porque as
57 apresentações realizadas demandariam um melhor detalhamento das informações. O Sr. Rodrigo

1 (FURNAS) esclareceu que há uma resolução do CONAMA, de 1987, liberando projetos anteriores a
2 1986 de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), mas que FURNAS fez um amplo estudo de
3 viabilidade ambiental de Serra da Mesa, em 1990. Afirmou que esses estudos cumpriram todas as etapas
4 e exigências legais da época, a partir dos quais fez-se a modelagem norteadora do plano geral de
5 desmatamento. Completou dizendo que em 1995 o projeto foi retomado com o Plano Básico Ambiental e
6 o monitoramento limnológico persiste até hoje. O Sr. Kruehl disse não caber a discussão técnica no
7 momento, que as leis federais foram violadas e há a necessidade de se chegar a um acordo para depois
8 resolver a discussão no Ministério Público. A Sra. Helouise (ECODATA) constatou o enfoque apenas de
9 monitoramento das informações dos os programas mencionados, sem nenhuma abordagem sobre a
10 preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos causados pelas obras. Relatou que por ocasião
11 da audiência pública esteve na Agência Goiana de Meio Ambiente-AGMA, mas não conseguiu a
12 disponibilização dos documentos e previu a renovação da licença, mesmo sem o estudo integrado da
13 bacia, que demanda um tempo bem superior ao prazo de vencimento da licença. O Sr. Ricardo (MP-GO)
14 considerou a questão muito complicada, porque há um número grande de ações ajuizadas no Estado de
15 Goiás, além da capacidade de ação do Procurador Geral, como a proliferação de lagos em áreas indígenas
16 ou os 29 projetos elétricos no sudoeste do estado, alguns inviáveis, mas o relatório da ANEEL não
17 demonstra. O Sr. Julio Thadeu (SRH) procurou dar o encaminhamento objetivo à discussão, de forma a
18 definir os passos seguintes e passou a palavra ao Sr. Donizete (CONÁGUA) que sugeriu uma nova
19 reunião, em Goiânia ou na região, para prosseguimento do assunto, com a presença de todos. Verificou a
20 necessidade de se levar a termo as decisões, porque a falta de ação do órgão ambiental estadual criou
21 problemas que não serão resolvidos por terceiros. Destacou a necessidade de mobilização da sociedade
22 para a criação do comitê da bacia e da apresentação urgente, pela AGMA, do termo de referência para o
23 alto Tocantins, devido ao vencimento da licença de operação. O Sr. Roberto Monteiro enalteceu a posição
24 da promotoria e a forma de cumprir o seu papel, mas ressaltou a insuficiência dessas ações para suportar
25 uma avaliação ambiental estratégica, que defina, no contexto do plano de bacia, o suporte institucional
26 necessário. O Sr. Geraldo informou o cumprimento, por FURNAS, de todas as exigências da época,
27 sendo agora cobrada pelo que surgiu posteriormente. Destacou a ausência da agência ambiental estadual
28 porque ela não cumpriu o seu papel de orientação, semelhante ao do IBAMA em nível federal. Afirmou
29 que a empresa não poderia assumir as responsabilidades alheias, motivo pelo qual não discute assuntos
30 fora de sua competência. Solicitou uma visão ampla do estado democrático, onde todos possuem direitos
31 e obrigações. O Sr. Ricardo (MP-GO) discordou da manifestação do representante de FURNAS, por
32 tratar-se de uma concessão pública. O Sr. Wagner (FURNAS) informou a atuação da empresa em cerca
33 de um quarto do território nacional e a sua participação nos diversos fóruns de discussão sobre recursos
34 hídricos na área geográfica de sua abrangência, nos níveis federal, estadual e de bacia, citando, como
35 exemplo, diversas Câmaras Técnicas do CNRH, as Comissões Executivas Regionais do Atlântico
36 Sudeste, Paraná e Paraguai, no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho Estadual de
37 Recursos Hídricos do Rio de Janeiro e os Comitês de Bacia Hidrográfica dos Rios Paraíba do Sul e
38 Guandu, dentre outros fóruns. Comentou que tentou junto ao Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos
39 do Estado de Goiás viabilizar a participação de FURNAS na Comissão Executiva Regional do Tocantins-
40 Araguaia, no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o que não foi possível conseguir porque as
41 vagas destinadas ao segmento dos “usuários” já estavam ocupadas por outras instituições. Reafirmando,
42 dessa forma, a posição de FURNAS quanto à importância que reconhece na participação dos diversos
43 fóruns do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cujos primórdios acompanhou
44 desde quando ainda se discutia o Projeto de Lei que deu origem à Lei nº 9433, que criou a Política
45 Nacional de Recursos Hídricos. Citou que, no caso específico da CTAP, FURNAS acompanha os
46 trabalhos no seu âmbito através da participação do representante da ABRAGE presente nessa reunião, sr.
47 João Carlos Pelicer, e mais recentemente através da sra. Olga Calhman, de FURNAS, também presente,
48 que está acompanhando o assunto do PL sobre eclusas, e acrescentou que a empresa passou a participar
49 diretamente das reuniões dessa CT desde a 45ª reunião, na medida em que tomou conhecimento do
50 andamento da discussão sobre o assunto do Lago de Serra da Mesa nessa Câmara. Finalizando,
51 perguntou à representante da ANA, sra. Martha Sugai, considerando as questões levantadas quanto a
52 bacia do rio Tocantins, se havia alguma previsão para instalação do respectivo comitê federal da bacia,
53 tendo a sra. Martha Sugai respondido que a responsabilidade pela criação dos comitês não era da ANA,
54 mas sim da SRH/MMA, sendo que o sr. Julio Thadeu – SRH/MMA respondeu que havia dificuldades de
55 ordem financeira para tal. O Sr. Kruehl (APEGO) intercedeu para observar que não se tratava de discutir
56 tecnicamente ou administrativamente porque o assunto seria de questão legal e encontrava-se na Justiça
57 Federal. A questão seria o seu cumprimento ou não. O Sr. Julio Thadeu (SRH) ponderou que caso fosse

1 esse o entendimento não haveria razão para prosseguir a reunião, por estar fora da competência da
2 CTAP. Comentou a falta de informações precisas como fato gerador do conflito e citou as apresentações
3 como exemplo de contraposição de dados. Sugeriu o prosseguimento da discussão sobre fatos concretos
4 como: a existência do empreendimento e a necessidade de mitigação de seus efeitos; a renovação da
5 licença de operação e a definição de responsabilidade para o IBAMA ou AGMA; a competência da
6 CTAP/CNRH deve tratar do conflito e, a identificação dos atores. Aventou a possibilidade de se avançar
7 no processo de discussão, a partir de uma agenda construtiva e viável, sob todos os pontos de vistas,
8 porque a solução imediata das divergências não seria possível. Lembrou as propostas efetuadas pelo Sr.
9 Donizete (CONÁGUA) consubstanciadas nos seguintes pontos: a) criar um grupo de trabalho para
10 uniformizar as informações disponíveis, até então contraditórias; e)b) relacionar as ações a serem
11 desenvolvidas dentro de nossas funções e responsabilidades e a comunicação aos demais órgãos. Todos
12 concordaram com o encaminhamento sugerido, exceto os representantes de FURNAS, sob a
13 argumentação de que dependeriam de uma consulta aos superiores(ç) para confirmação da participação no
14 GT, e solicitaram quinze dias de prazo para confirmação. Após as intervenções das partes, o Sr. Julio
15 Thadeu (SRH) acolheu as justificativas, advertiu para a inviabilização das atividades do GT(ç) caso se
16 configurasse a ausência de FURNAS, concedeu o prazo solicitado para a confirmação e procurou definir
17 a composição do grupo com os seguinte membros: APEGO; Instituto Serrano Neves; CONÁGUA;
18 IBAMA; ANA; MP; AGMA; SRH; FURNAS e o representante das concessionárias de geração de
19 energia elétrica na CTAP. A coordenação ficaria a cargo da SRH ou ANA, a ser definida posteriormente.
20 Concluído o debate, o Sr. Julio Thadeu (SRH) concedeu a palavra ao Sr. Rogério Menescal (MI) que
21 invocou questão de ordem e propôs a inversão de pauta para a apreciação do **Item 7 – Prosseguimento da**
22 *análise da proposta de substitutivo ao PL nº 1181/2003 encaminhada pelo Grupo de Trabalho Segurança*
23 *de Barragens*, tendo em vista a necessidade de conclusão dos trabalhos, com a celeridade devida, para
24 compatibilização com ações operacionais do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI/MI e a tramitação
25 do PL na Câmara do Deputados. Observou que o documento a ser apresentado pela CTAP seria o
26 respaldo para as discussões posteriores, diante da representatividade institucional e da legalidade
27 adquirida, a partir de sua aprovação no CNRH. Sugeriu a priorização desse assunto nos trabalhos da
28 Câmara Técnica. A Sra. Martha Sugai (ANA) ponderou que a análise desse assunto intercalada a outras
29 discussões na CTAP não seria a melhor maneira de trabalho, concordou com o agendamento de uma
30 reunião específica para a conclusão desse tema e foi apoiada por todos os presentes. O Sr. Julio Thadeu
31 (SRH) procurou então conciliar os compromissos de cada um, resultando na marcação da 47ª reunião da
32 CTAP para os dias 6 e 7 de junho e pauta exclusiva visando a conclusão da proposta de substitutivo ao PL
33 nº 1181/2003. A seguir, retornou ao **Item 5 – Discussão do Ofício Circular nº**
34 *16/2005/CTEM/CNRH/MMA que propõe a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da CTAP, para a*
35 *elaboração de um conjunto de sugestões em relação a educação, capacitação, mobilização social e*
36 *informação em recursos hídricos*. Após diversas intervenções os membros concluíram pela não criação
37 do GT, por representar uma uma superposição de atividades, pelas semelhanças das câmaras técnicas em
38 suas composições e acolheram a proposta do Sr. Kláudio (ONG) que se dispôs a redigir um documento
39 básico, com enfoque em medidas mitigadoras baseadas na educação ambiental, capacitação, informação e
40 mobilização social, para análise e contribuição dos membros e posterior encaminhamento à CTEM.
41 Vencida a etapa, o Sr. Julio Thadeu (SRH) passou ao **Item 6 – Discussão do Memo. nº**
42 *28/SRH/MMA/2005 que encaminha a proposta de resolução sobre a criação do Sistema de*
43 *Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos – SIAPREH*. Afirmou
44 que os indicadores devem ser de fácil mensuração e exemplificou com a quantidade de outorgas
45 concedidas, como demonstrativo do perfil dos usuários e o número de reuniões do comitê de bacia,
46 apesar de aparentemente pouco significativo, demonstra o seu funcionamento. Ressaltou que a partir do
47 conhecimento desses números seria possível aferir o funcionamento e as condições de participação no
48 CNRH. A Sra. Martha Sugai (ANA) observou os aspectos mensuráveis contemplados pelo sistema e
49 apesar desses indicadores, as divulgações são contrárias. Gostaria de refletir pontos mais filosóficos como
50 “água de melhor qualidade”, embora reconheça o caráter subjetivo e a dificuldade de mensuração. O Sr.
51 Adilson (CONFEA) questionou se o sistema proposto já fora aplicado ou testado num projeto piloto, a
52 fim de adquirir respaldo para sua implantação. O Sr. Julio Thadeu ponderou que estatisticamente o
53 sistema ainda não foi trabalhado, mas a resolução proposta respaldaria a solicitação porque inicialmente
54 haveria a necessidade de se definir a responsabilidade de operação e manutenção em cada estado.
55 Considerou a proposta mais pertinente à CTPNRH e sugeriu o seu encaminhamento à essa câmara para
56 apreciação da matéria, com a concordância de todos. Concluída a pauta, o Sr. Julio Thadeu (SRH) passou
57 para *assuntos gerais* e concedeu a palavra ao relator para informar sobre os últimos fatos ocorridos no

1 âmbito do GT Eclusas. O Sr. Aureliano (SRH) esclareceu então, que após a primeira reunião do GT, em
2 Tucuruí, o PL 3009/97, tornando obrigatória a implantação de eclusas ou dispositivos equivalentes de
3 transposição, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades em cursos de
4 água navegáveis ou potencialmente navegáveis retornou à pauta de votação da Comissão de Viação e
5 Transportes da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual a Casa Civil da Presidência da República
6 convocou os representantes dos ministérios envolvidos, MMA, MME e MT, além de suas respectivas
7 Assessorias Parlamentares, para a discussão do assunto. Relatou que depois das argumentações de cada
8 um concluiu-se pela não tramitação do PL nº 3009/97, na forma apresentada pela relatora Telma de
9 Souza, nesse momento. A Casa Civil intercederia, junto à Deputada, no sentido de retirar a proposta da
10 pauta e convocaria os Ministros de Estado para uma reunião a ser agendada, com vistas a definir uma
11 ação de Governo sobre a questão. A Sra. Martha Sugai (ANA) acrescentou que a ação pretendida também
12 se estenderia ao PL nº 4693/2004, sobre o mesmo assunto e com a mesma relatora, facilitando o
13 entendimento e ao PL nº 1176/95 que trata da atualização do Plano Nacional de Viação, necessária à
14 priorização dos rios a serem contemplados. Complementou informando que essa ação governamental
15 seria iniciada na bacia do rio Tocantins, pelo caráter mais emergencial, devido aos projetos de usinas
16 hidrelétricas em andamento, como Estreito, Serra Quebrada e Ipueiras. Após os esclarecimentos foi
17 solicitado ao relator o acompanhamento e a atualização das informações para as próximas reuniões.
18 Prosseguindo em *assuntos gerais*, o Sr. Julio Thadeu, em atendimento à deliberação da reunião anterior,
19 distribuiu aos presentes o extrato da ata da 40ª reunião, quando discutiu-se o PL nº 4038/2004, da
20 Deputada Ann Pontes, que torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento de
21 barragens. Os membros externaram suas preocupações, especialmente quanto à dificuldade no
22 cálculo dos valores relativos aos danos causados e ao prêmio a ser cobrado pelas seguradoras.
23 Decidiram também pelo acompanhamento e atualização da tramitação desse PL na Câmara dos
24 Deputados e pelo convite à Deputada ou seu representante para participar da próxima reunião da CTAP,
25 sobre segurança de barragens. **Item 8 – Encerramento.** Às 17:05h, nada mais havendo a tratar, o Sr.
26 Julio Thadeu (SRH) agradeceu a todos pela presença e encerrou a 46ª Reunião da CTAP.

27 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 28 - Ata da 45ª reunião aprovada com alterações;
- 29 - Apresentação pelo Sr. João Carlos Kruel, APEGO: “*Lago Serra da Mesa –*
30 *Saúde e Economia*”;
- 31 - Apresentação pelo Sr. Rodrigo De Filippo, FURNAS: “*Qualidade da Água em*
32 *Serra da Mesa*”;
- 33 - Criação do GT Serra da Mesa, para uniformizar a base de dados a ser analisada e
34 definir os procedimentos a serem adotados;
- 35 - Não criação do GT sobre Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social
36 e Informação sobre Recursos Hídricos - encaminhamento de documento básico com as contribuições
37 da CTAP;
- 38 - Encaminhamento da proposta de resolução sobre o SIAPREH à CTPRNH;
- 39 - Acompanhamento e atualização da tramitação dos projetos de lei relativos à
40 construção de eclusas;
- 41 - Acompanhamento e atualização da tramitação do PL nº 4038/2004, sobre seguro
42 contra o rompimento de barragens e convite à deputa ou representante para a próxima reunião;
- 43 - Previsão da próxima reunião – 06 e 07 de junho de 2005.

44 **Ata aprovada com alterações, na 48ª reunião, em 28 de junho de 2005.**

45

46 Julio Thadeu Silva Kettelhut
47 Presidente da CTAP

48

49 Aureliano Cesar Martins Silva

50 Relator da CTAP